

1. **ANGARIAÇÃO DE 200 MIL CONTOS
OBJECTIVO MUNICIPAL IMEDIATO**
2. **Solidariedade municipal para reconstruir TimorAS**
3. **Poder Local e Regional**
ANMP sensibilizou associações congéneres e instituições internacionais para drama de Timor
4. **Poder Local corroborou internamente no sentimento de indignação nacional**
5. **Os Municípios portugueses na história da resistência**

ANGARIAÇÃO DE 200 MIL CONTOS OBJECTIVO MUNICIPAL IMEDIATO

Perante a brutalidade indonável que se abateu sobre o heróico Povo timorense, depois da impressionante manifestação cívica que foi a consulta referendária sobre o seu destino colectivo – com uma esmagadora maioria a manifestar, mau grado o regime de terror instalado, uma indelével vontade de liberdade e de independência - os Municípios portugueses, associando-se, solidariamente, à onda de indignação que percorria toda a humanidade, elevaram bem alto a sua voz para afirmar, no espaço nacional e também alé das fronteiras, uma mal contida revolta perante o massacre, o quase genocídio que as mais altas instituições internacionais, com criminoso alheamento e inadmissíveis delongas, permitiam. Querendo reunir, no imediato, através de contribuições individuais de todos os Municípios, um montante de 200 mil contos, é também objectivo uma acção posterior que mobilize, ao longo de quatro anos, uma colaboração efectiva na reconstrução das infraestruturas fundamentais destruídas pelo ocupante.

Solidariedade municipal para reconstruir Timor

Os Municípios portugueses, a sua Associação Nacional de Municípios Portugueses, face aos desenvolvimentos da situação em Timor Lorosae, não podiam deixar de evidenciar os mais profundos sentimentos de solidariedade para com aquele Povo mártir, quer no quadro de uma ajuda humanitária, quer nos esforços de reconstrução de um País destruído pela guerra, pela brutalidade indonésia.

Reunido em plenário, em Coimbra, em 14 de Setembro, o Conselho Directivo da ANMP aprovaria uma Resolução onde começava por afirmar que, volvida que está uma primeira fase da grave crise que se abate sobre o martirizado Povo de Timor Leste – que mereceu da parte da ANMP diversas posições de solidariedade inequívoca, quer no âmbito internacional, quer nacional – julga-se chegado um outro momento, agora não só de pressão internacional, para manter um elevado envolvimento da opinião pública e dos responsáveis mundiais, mas também de superação dos graves efeitos psicológicos e de danos materiais e humanos resultantes das atrocidades cometidas.

Urge, pois, a semelhança de anteriores iniciativas, programar um conjunto de acções, possíveis e desejáveis, que contribuam, da parte dos Municípios, para minorar os quadros de carência que, de forma devastadora, a brutalidade indonésia provocou. Tal o impõe a solidariedade humana, a tanto nos obrigam as responsabilidades históricas do Poder Local democrático.

Assim, serão organizados dois tipos de iniciativa, com calendarizações faseadas, a primeira, imediata, desencadeando o lançamento de uma campanha de ajuda humanitária, coordenada pela ANMP, que leve as Câmaras Municipais a assegurar uma contribuição financeira capaz de angariar um montante na ordem dos 200 mil contos, alcançáveis através de contribuições individuais máximas respectivamente de 250, 500 ou 1000 contos, conforme os Municípios tenham menos de 10 mil, até 40 mil, ou mais de 40 mil eleitores.

Para um tempo posterior, quando se mostrar aconselhável, ficará o estudo de eventual recolha de contribuições e géneros junto das populações concelhias.

A segunda fase, logo que oportuna, visa uma cooperação dos Municípios portugueses com os seus congéneres de Timor Lorosae ao nível da reconstrução de infraestruturas fundamentais à vida nas cidades, vilas e aldeias daquele território, entretanto destruídas.

As redes de saneamento e de electricidade serão áreas com certeza prioritárias, admitindo-se que os Municípios incluam, nos orçamentos de próximos quatro anos, verbas especificamente destinadas a esse altruístico fim.

Uma Delegação do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, liderada pelo seu Presidente, deslocar-se-á a Timor, logo que possível, a fim de, no terreno, se inteirar de todas as eventuais necessidades de auxílio na reconstrução, designadamente, de habitações, de escolas e de equipamentos sociais.

Por fim, e no sentido de ser correctamente assegurada toda a colaboração, a ANMP destacará para o Território timorense um Delegado Permanente, o qual coordenará todas as acções e apresentará sugestões que venham a evidenciar-se como convenientes.



Reuters

Poder Local e Regional

ANMP sensibilizou associações congéneres e instituições internacionais para drama de Timor

Segura da importância que as pressões internacionais haveriam de desempenhar no processo de paz em Timor Leste, nomeadamente no que respeita à activação diplomática dos principais países mundiais e consequentes correlações que se estabelecem no seio da ONU, desde cedo a Associação Nacional de Municípios Portugueses

encetou diligências de sensibilização junto dos organismos alé-m-fronteiras representativos dos Poderes Locais e Regionais.

Assim, Mário de Almeida, materializando tal preocupação, contactaria logo no início do mês, em nome dos Municípios portugueses, os Presidentes das Organizações Europeias e Mundiais, respectivamente Valéry Giscard d'Estaing, do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, e Maximo Ngandwe, líder da União Internacional das Autoridades Locais, bem como todas as Associações de Municípios e Regiões membros do Conselho da Europa e da América Latina, no quadro da situação dramática de Timor.

Lembrando que o referendo promovido sob os auspícios das Nações Unidas, a 30 de Agosto, aceite por toda a comunidade internacional como livre e justo, traduziu-se numa expressiva e esmagadora vitória dos defensores da independência para Timor-Leste, sublinhava-se, depois, que, num clima de terror provocado pelas milícias indonésias defensoras da autonomia, o povo timorense, apesar do medo, das provocações e das ameaças de morte, votou em massa na solução independentista por 79% dos votos expressos nas urnas.

Todavia, o nascimento de uma nova Nação independente está a tornar-se, desde então, num pesadelo, com a conivência das autoridades indonésias e assistindo a comunidade internacional, impávida e serena, ao genocídio do povo timorense, perseguido e obrigado a fugir para as montanhas e a abrigar-se junto das instalações das Nações Unidas em Dili, também elas cercadas.

Timor-Leste está a saque sob o controlo das milícias mancomunadas com o poder militar indonésio, sendo urgente sensibilizar e pressionar, pela força da opinião pública e dos movimentos da sociedade civil, no sentido de se pararem os massacres através do envio de uma força militar de interposição, quaisquer que sejam as formas que esta possa vir a assumir. E também aqui se justifica plenamente o direito de ingerência humanitária da comunidade internacional sempre que outras vias não possam ser accionadas em tempo útil.

Em consequência, o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses apelava, desde logo, para uma sensibilização dos Argãos de Soberania do seu País para a gravidade da situação, sugerindo-lhes uma tomada de posição pública urgente e consentânea com os interesses humanitários em jogo.

Paralelamente, era solicitada uma tomada de posição de apoio a esta causa, e que dela se desse o devido conhecimento aos meios de comunicação social do seu País e às Organizações Não Governamentais promotoras da defesa dos Direitos do Homem; e, ainda, que, junto das Embaixadas dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (França, Grã-Bretanha, Rússia, Estados Unidos e China), fossem portadores do apelo do Poder Local português, patrocinando uma solução urgente para a situação que se vive em Timor-Leste.

O Presidente da IULA — União Internacional de Autoridades Locais, que congrega, a nível mundial, todos os poderes locais e regionais, em resposta ao alerta e apelo do Presidente da ANMP, relevava que, face à “dramática situação que, no momento, acontece em Timor Leste”, “partilha e apoia as preocupações em relação aos terríveis acontecimentos profusamente relatados pelos meios de comunicação mundiais”.

Afirmando que “a IULA está empenhada na promoção e respeito dos princípios democráticos em todo o mundo e não pode aceitar que os resultados de uma consulta democrática sejam negados pela força”, Max Ngandwe reiterava que “ninguém pode ficar indiferente, sem reacção a queles massacres”, pelo que, continuava, “farei, de seguida, circular o meu apelo a todos os membros da IULA no mundo através das nossas diversas Secções Regionais”.

Depois de dizer que, “todavia, desde a recepção da sua carta, constato que as Nações Unidas iniciaram já um processo de intervenção em Timor Leste, confirmado por conferência de imprensa levada a cabo pelo Secretário Geral da ONU”, o Presidente da IULA, enquanto sublinhava que “seguiremos de perto esses desenvolvimentos”, concluía que, “se sentirmos que há um papel que possamos ter no apoio aos esforços das Nações Unidas, não hesitaremos em intervir”.

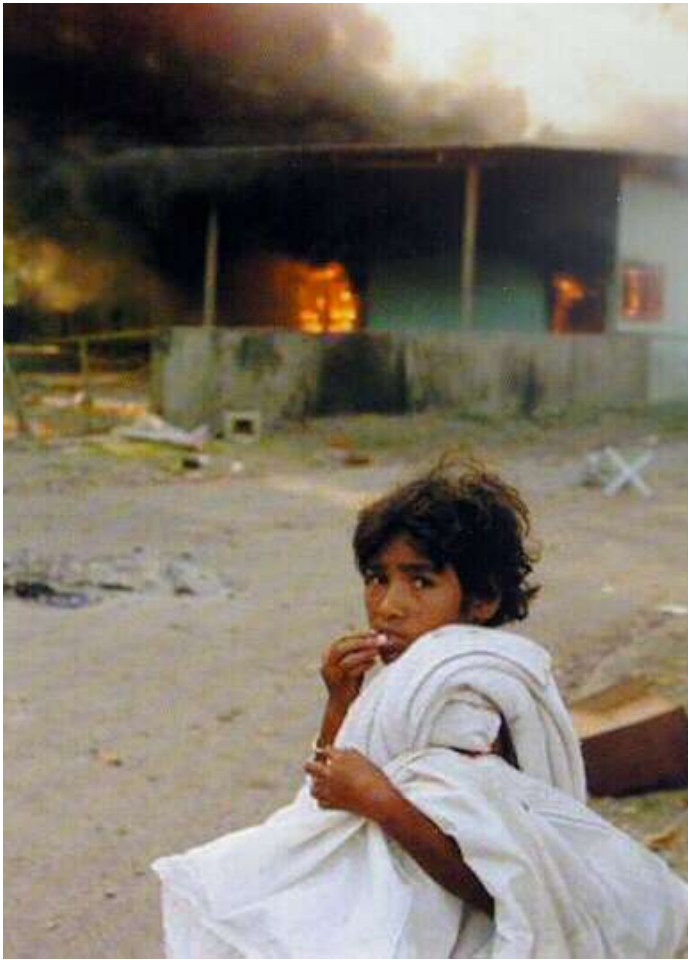
Paralelamente, Valéry Giscard d'Estaing, Presidente Internacional do Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CCRE), na sequência da solicitação formulada pela ANMP, encontrou-se no dia 14 com o Secretário-Geral da ONU a que transmitiu, em nome das 100.000 Colectividades Locais e Regionais de toda a Europa, uma mensagem onde convidava aquela organização a “empenhar todas as suas forças e energia para alcançar um fim no drama que se desenrola em Timor Oriental”.

O Presidente Giscard d'Estaing, que falava também em nome da União Internacional das Cidades e Poderes Locais — de que o CCRE constitui a sua Secção europeia — deu ainda conta a Kofi Annan da “emoção enorme e da indignação dos Eleitos Locais e Regionais face à situação prevalente em Timor”.

Por outro lado, e na sequência de diligências nesse sentido feitas pela Delegação portuguesa à quele órgão da União Europeia, o Presidente do Comité das Regiões, Manfred Dammeyer, fez, em Bruxelas, uma Declaração

política a favor de Timor onde, designadamente, reafirmou o conteúdo da Resolução da ONU e das tomadas de posição da comunidade internacional.

Finalmente, a Presidência finlandesa da União Europeia corroboraria, no plenário do Comité das Regiões, depois de questionada pela Delegação portuguesa, a clara intenção da Europa se manter fortemente associada aos esforços que, em favor da liberdade e da democracia, a humanidade vem reclamando para Timor Leste.



Reuters

Poder Local corroborou internamente no sentimento de indignação nacional

Também ele indignado com a violência e o terror que se abatiam sobre Timor, revoltado com a indiferença com que os principais responsáveis mundiais pela paz – os países membros do Conselho de Segurança da ONU – adiavam uma solução efectiva para a nova Nação, o Poder Local democrático português, por intermédio da sua estrutura representativa, a Associação Nacional de Municípios, e independentemente das inúmeras acções individuais – como a realização de cordões humanos, vigílias ou angariação de fundos –, condenava de forma veemente uma situação inadmissível à luz dos mais elementares direitos humanos.

Para além de acções ao nível internacional (de que damos conta em página específica), também internamente os Municípios portugueses, com dinamização da ANMP, faziam ecoar o seu protesto, quer através de iniciativas próprias, como o hastear a meia adriça das bandeiras concelhias e de Dili, quer colaborando com acções de outras instituições que, para inúmeras iniciativas, solicitavam a cooperação da Associação. De que é apenas um exemplo a cedência, por parte de Câmaras Municipais, a pedido da Associação Nacional de Jovens Empresários, de autocarros para, no passado dia 12, se transportarem jovens para uma manifestação que a ANJE promovia em Madrid, em frente da Embaixada da Indonésia.

De algum impacto foi, também, uma acção da ANMP, que levou a efeito, na noite do dia 10, o provocar de um minuto de escuridão. Com a aquiescência de milhares de portugueses, que em suas casas desligaram as luzes, com a colaboração da EDP, que apagou alguns dos sistemas de iluminação pública, o País viveu assim momentos de breu que testemunharam o nosso luto, uma renovada expressão de revolta, sinal de nenhum esmorecimento na luta que Timor livre nos motiva.



Reuters

Os Municípios portugueses na história da resistência

Os Municípios portugueses, despertados para as prepotências e horrores cometidos pelo regime indonésio às martirizadas populações do ocupado Timor Leste, desde cedo juntaram as suas revoltadas vozes, reiteradamente, ao movimento que exigia a autodeterminação daquele Povo irmão das terras que, como diz Camões, “O sol logo em nascendo vã primeira”.

Depois de uma jornada de luto municipal, em solidariedade com Timor, promovida a 7 de Dezembro de 1991, com o hasteamento, a meia adriça, em todas as Câmaras Municipais do País, das bandeiras do Concelho, da ANMP e do Município de Dili, um conjunto de acções ao longo dos anos, concertadas pela sua estrutura representativa, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, elevou bem alto a indignação do Poder Local luso nos espaços internacionais do Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CCRE), em Paris, do Conselho da Europa, em Estrasburgo, e da Organização Iberoamericana de Cooperação Intermunicipal, em Guadalajara.

Paralelamente, a par de tantas outras iniciativas – que o dirigente da Resistência, Ramos Horta, reconhecia e agradeceria em visita que efectuou à Sede da ANMP – o XI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que em 98 reuniu em Vilamoura, aprovou por unanimidade e aclamou uma moção onde, ao relevar a indomita vontade e o inabalável querer do Povo heróico de Timor, sublinhava o total empenho nos grandes propósitos que motivam Xanana Gusmão e os seus pares, enquanto reafirmava a inquestionável esperança, segura certeza de, no ano 2000, no XII Congresso, termos entre nós, também, as Autarquias timorenses.

Uma consoladora realidade, hoje já incontornável...



[[anterior](#) | [página inicial](#)]

Comentários e sugestões anmp@anmp.pt

(c) A.N.M.P.- Associação Nacional de Municípios Portugueses